

## O TRABALHO É MASCULINO OU FEMININO? PERSPECTIVAS DE CRIANÇAS ENTRE 4 E 7 ANOS DE IDADE<sup>1</sup>

### IS THE WORK MALE OR FEMALE? PERSPECTIVES OF CHILDREN BETWEEN 4 AND 7 YEARS OLD

Márcia Onisia da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla que verificou as representações de crianças sobre trabalho. Deriva da necessidade de se ouvir o que pensam as crianças sobre a temática e sua divisão sexual, uma vez que, inseridas em meio rico de trocas e interações, estão diretamente sujeitas às ideias desse meio, internalizando-as, mas também as reconstruindo e dando-lhes novos e singulares significados. A entrevista clínica realizada com as crianças, com uso de material concreto, revelou como suas representações mudam de acordo com a faixa etária. Relata-se resultados obtidos com o grupo que pertence à faixa etária da educação infantil, entre 4 e 7 anos. Os resultados apontam para representações baseadas no mundo observável e noções ainda muito singelas sobre a polarização do trabalho masculino e feminino em que aparece a naturalização do lugar feminino no âmbito privado à ideia de que o homem pode auxiliar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crianças; Representações; Trabalho Feminino; Trabalho Masculino,

**ABSTRACT:** This article is a clipping of a broader research that verified the representations of children about work. It derives from the need to hear what children think about the theme and its sexual division, since, inserted in a rich environment of exchanges and interactions, they are directly subject to the ideas of this environment, internalizing them, but also reconstructing them and giving them new and singular meanings. The clinical interview conducted with the children, using concrete material, revealed how their representations change according to age group. Results obtained with the group belonging to the age group of early childhood education, between 4 and 7 years old, are reported. The results point to representations based on the observable world and still very simple ideas about the polarization of male and female work in which the naturalization of the female place appears in the private sphere to the idea that man can help.

**KEYWORDS:** Children; Representations; Women's Work; Male Work,

### INTRODUÇÃO

Por séculos, a criança foi vista como objeto de estudo, mas é somente a partir do século XIX que passa a ser vista como sujeito, o que transforma os diversos olhares sobre seu desenvolvimento e aprendizagem. Pesquisadores de diferentes áreas como Psicologia, Sociologia, Direito, Economia, Antropologia e Educação, têm procurado investigar o que a criança pensa e como compreende o mundo. Entre os vários estudos que podem ser apontados, temos como marco importante as obras de Piaget, que desde o início da década de

<sup>1</sup>Este artigo é recorte da pesquisa de mestrado em Economia Doméstica – Representações de crianças e adolescentes sobre trabalho, numa perspectiva Piagetiana. Obteve financiamento da CAPES e foi orientada pela prof<sup>a</sup> Maria de Lourdes Mattos Barreto DED/UFV.

<sup>2</sup>Docente na Universidade Federal de Viçosa. Atua no Curso de Educação Infantil, nas áreas de lúdico, organização do espaço e do tempo, linguagem oral e escrita, artes, confecção e utilização de materiais didáticos, literatura infantil e políticas de atendimento à infância. Na pesquisa vem realizando estudos, considerando as interfaces entre estas áreas, com vistas ao desenvolvimento e aprendizagem da criança. É avaliadora *ad hoc* de diversos periódicos e de editais de extensão em Institutos Federais e Universidades. Integra grupos que atuam na promoção e garantia de direitos da infância, coordenando cursos de formação de professores e agentes sociais para a infância. Membro da Associação Nacional das Universidades Universitárias Federais de Educação Infantil - ANNUFEI e da Aliança pela Infância. E-mail: monisia@ufv.br

1920 vem-se constituindo como base para as mais diversas áreas de conhecimento, cujo objeto de estudo são a criança e a construção do conhecimento.

Costa (2006) afirmou que grande parte dos estudos sobre o conhecimento da sociedade aborda as representações dos indivíduos, buscando conhecer seu pensamento sobre determinado assunto. Entretanto, se o objetivo é apoiar de forma positiva essa construção, torna-se necessário conhecer os processos constitutivos próprios à gênese da noção e as transformações que ocorrem durante o desenvolvimento dos sujeitos.

Particularmente convincentes são os argumentos de Cruz (2008), quando afirma que não se trata de dar voz às crianças porque elas reproduzam as culturas dominantes e hegemônicas que configuram a estrutura social, mas o que se busca, nessa escuta das crianças, é confrontar e conhecer um ponto de vista diferente daquele que nós seríamos capazes de ver e analisar no âmbito do mundo social de pertença dos adultos.

Argumentou a autora que as ações das crianças, seus sentimentos e pensamentos sobre a sua vida e o mundo, ou seja, as culturas infantis não têm sentido absoluto e autônomo ou independente em relação às configurações estruturais e simbólicas do mundo adulto e tampouco são mera reprodução. As crianças reproduzem, mas também produzem significados acerca de sua própria vida e das possibilidades de construção de sua existência.

Unesco e Navarro (1995), mostram que o conhecimento social vem sendo alvo de muitos pesquisadores que procuram compreender como evolui o conhecimento sobre a sociedade, as relações que estabelecem sobre ela, o modo de organização da vida econômica e política etc. Piaget estudou alguns desses temas, a exemplo da noção de família, das relações do parentesco, da ideia de país e do estrangeiro.

Por sua natureza, Ganuza (1999) alerta que, na construção do conhecimento social, intervêm mais elementos que nos conhecimentos não sociais – o físico e o lógico matemático – fundamentalmente. Por isso, às vezes, é qualificado como conhecimento interdisciplinar, uma vez que engloba não só aspectos cognitivos, mas também sociais, culturais e históricos.

Trindade *et al.* (2000) em um estudo sobre a perspectiva de adolescentes sobre o trabalho, verificou que este grupo o relaciona à questões como *status*, poder econômico, relações de gênero e, especialmente, divisão sexual do trabalho, incluindo o trabalho doméstico. O adolescente começa a ser preparado para assumir uma postura diante do trabalho, pois se inicia uma cobrança para definir em qual profissão pretende atuar. A família, a sociedade, o sistema de ensino e a mídia são instituições fundamentais na construção dessa identidade.

Estudos mais recentes, como o de Saravali *et al.* (2018) mostram o interesse de novos pesquisadores sobre a construção do conhecimento social. As autoras identificaram que, entre 2005 e 2017, foram publicados 74 trabalhos científicos, distribuídos entre anais, artigos, dissertações, TCCs, teses e capítulos de livros. Um dado relevante apresentado pelas pesquisadoras foi a faixa etária dos sujeitos estudados na maioria das investigações, estando entre os de 06 a 14 anos, considerando que tratam das faixas que Piaget estudava que compreende os quatro estágios definidos por ele: pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. As autoras destacam ainda as temáticas desenvolvidas: mundo econômico, onde as noções de lucro, mobilidade social e consumo; as questões voltadas para o campo escolar, como papel do professor e noções sobre a aprendizagem; questões ambientais; estudos sobre trabalho, violência, origem da Terra e da vida, direitos das crianças.

Os dados apresentados por estas autoras encaminham para a necessidade de se ouvir mais as crianças e pesquisar o que pensam, sobre o quê pensam e estratégias de intervenção, nos casos em que os resultados sinalizarem essa necessidade.

Nesse sentido, compreender o que pensam crianças e adolescentes sobre o mundo do trabalho e suas representações acerca da sua divisão sexual constituiu-se como um dos fins de nossa pesquisa. Partimos do pressuposto de que suas representações passam por fases evolutivas, as quais refletem os caminhos percorridos pelo sujeito para, partindo-se de um conhecimento mais simples sobre a divisão sexual do trabalho, cheguem a um nível mais abstrato e elaborado.

Neste contexto, apresenta-se um recorte de uma pesquisa realizada com crianças de 4 a 14 anos, fixando nossos resultados, naquelas que compõem as da Educação Infantil, ou seja, de 4 a 6 anos de idade e as de 7 anos com finalidade de mostrar a diferença de respostas. Destacamos que, mesmo a idade de 6 anos compor a etapa inicial do Ensino Fundamental, ainda encontramos crianças desta faixa etária na Educação Infantil, em razão de sua data de nascimento. O problema que nos colocamos foram crianças desta faixa etária distinguem as atividades laborais exercidas por homens e mulheres na polarização entre “trabalho masculino” e “trabalho feminino”, conforme a divisão sexual do trabalho na nossa sociedade?

A hipótese deste estudo foi de que as crianças podem ainda não distinguir as atividades laborais exercidas por homens e mulheres e acreditar que a polarização em trabalho feminino e trabalho masculino, conforme a divisão sexual do trabalho em nossa sociedade é natural. A importância de se compreender as representações deste grupo etário sobre a divisão sexual do trabalho está direcionada à possibilidade de repensar as atitudes e

valores que lhes transmitimos sobre a questão de gênero implícita nessa temática. Os objetivos foram identificar como crianças representam o trabalho, analisando-se suas concepções sobre a divisão sexual deste.

## **O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA: PRINCÍPIOS DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA**

A Epistemologia Genética é uma teoria que procura conhecer as origens do conhecimento e estabelecer relações entre o sujeito, o meio e os caminhos percorridos pelo indivíduo para se chegar a níveis cada vez mais elevados de abstração. Parte do pressuposto de que o conhecimento é construído ativamente pelo sujeito, por meio de suas interações com o ambiente material e social (PIAGET, 1970).

Piaget postulou o desenvolvimento mental como um processo derivado de adaptação<sup>16</sup> ao meio e a uma extensão do desenvolvimento biológico. Para ele, as estruturas lógicas da mente da criança eram profundamente diferentes das do adulto. Em sua concepção, conhecer é assimilar realidades para sistemas de transformações; é transformar a realidade para compreender como surge determinado estado. A aprendizagem e o desenvolvimento para Piaget são processos complexos de construção interna do conhecimento. Para Piaget (1967), nenhum conhecimento se constitui como cópia do real, porque contém um processo de assimilação a estruturas anteriores.

Piaget (1966) apontou duas invariantes funcionais: a organização e a adaptação. A **organização** é indissociável da adaptação em função de o sistema ser aberto para o meio e pressupondo trocas com o meio, e sua estabilidade define o caráter adaptado que possui. Para Piaget, mecanismos adaptativos explicam as constantes integrações do objeto ao sistema cognitivo do sujeito envolvendo processos de assimilação e acomodação. A assimilação e a acomodação são estruturadas simultaneamente e indissociáveis, embora sejam distinguidos conceitualmente. Através desses mecanismos ocorre, por parte do sujeito, a construção de sua inteligência.

A assimilação, como definiu Piaget (1936), ocorre pela interação do sujeito com o objeto, quando o sujeito interagindo com este o incorpora ou o integra aos esquemas ou às estruturas que já possui. Entretanto, se os esquemas ou estruturas que o sujeito possui são insuficientes para incorporar dado novo, é necessário ajustar os dados em função dos elementos que serão assimilados. Piaget chamou esse processo de acomodação, ou seja, acomodação é uma modificação do próprio organismo, por meio da qual incorpora algo do exterior, modificando-o, enquanto, ao mesmo tempo, modifica a si mesmo. Todo ato

cognitivo pressupõe alguma estrutura intelectual, alguma organização dentro da qual ocorre.

De acordo com a estrutura que possui, o sujeito apresenta características que são comuns em determinados períodos de sua vida. Em função dessa constatação, Piaget (1936) postulou que o desenvolvimento ocorre por estágios: sensoriomotor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. O estágio sensoriomotor vai de 0 a 2 anos de idade, aproximadamente, e se caracteriza pela inteligência prática, em que a criança está centrada no próprio corpo. Ao final desse estágio surge a função simbólica, marcando a transição para o pré-operatório, estágio que vai aproximadamente de 2 a 6 anos de idade. Essa aquisição traz grandes consequências para o desenvolvimento da criança, destacando-se a linguagem.

No estágio operatório concreto, que vai de 7 a 12 anos, aproximadamente, novas formas de organização aparecem, assegurando equilíbrio mais estável nas estruturas de pensamento. A criança torna-se capaz de cooperar, coordenando seus pontos de vista com o dos outros. Inicia-se uma queda do egocentrismo social e intelectual, tornando a criança apta a realizar novas coordenações (PIAGET, 1964).

O estágio operatório formal caracteriza-se pelo pensamento formal, hipotético, e se inicia por volta dos 12 anos de idade. O sujeito já pensa sobre problemas hipotéticos e é capaz de inferir sem a necessidade do concreto. Ele pensa sobre o possível para responder ao real.

Para Piaget (1967), além dos princípios básicos que regem o desenvolvimento cognitivo, há quatro fatores do desenvolvimento. **Maturação** e **hereditariedade**, que consiste, segundo Piaget e Inhelder (2006), na maturação do complexo formado pelo sistema nervoso e endócrino, dos quais depende certo número de condutas do indivíduo. Fatores biológicos ligados ao sistema genético manifestam-se pela maturação do sistema nervoso e endócrino, estabelecendo restrições ao desenvolvimento.

O **exercício** e a **experiência** consistem na ação do sujeito sobre os objetos e podem ser de dois tipos: experiência física, que consiste em agir para abstrair propriedades do objeto; e a experiência lógico-matemática, que permite o conhecimento do resultado da coordenação das ações. O conhecimento físico estrutura-se pela abstração empírica, que consiste em diferenciar uma propriedade do objeto de outras. Os objetos constituem, parcialmente, a fonte de conhecimento físico. O conhecimento lógico-matemático é possível por meio da abstração reflexiva originada da coordenação das ações do indivíduo sobre os objetos, em que a criança cria e introduz relações entre os objetos.

O terceiro fator, tão importante quanto os dois primeiros, são as **interações** e

**transmissões sociais**, possibilitando a construção do conhecimento social. A socialização é uma estruturação de mão dupla: o indivíduo contribui tanto quanto dela recebe. Constitui-se pelo intercâmbio de ideias partilhadas entre as pessoas. Para a construção do conhecimento social, as interações e as transmissões adquiridas no meio são de extrema importância, uma vez que o conhecimento social é construído pela criança a partir dessas interações. Entretanto, mesmo no caso de transmissões, a ação social é ineficaz sem uma assimilação ativa por parte do sujeito.

A **equilibração** é o quarto fator e constitui um processo de autorregulação, ou seja, de sequência de compensações ativas do sujeito, permitindo o desenvolvimento intelectual. Além desses quatro fatores, a afetividade, que é energética das condutas, contribui para conciliar os quatro fatores citados na consolidação do desenvolvimento (PIAGET; INHELDER, 2006). Para Piaget (1937), o desenvolvimento pode ser concebido como um processo contínuo e constante de equilibração, resultado de uma busca do equilíbrio entre assimilação e acomodação, ou seja, um equilíbrio das trocas que o indivíduo faz com o objeto e seu meio social.

Em pesquisas com crianças, Piaget apontou cinco tipos de respostas, sendo elas: não importismo, fabulação, crença sugerida, crença desencadeada e crença espontânea. O **não importismo** é um tipo de resposta em que a criança diz qualquer coisa para se livrar do entrevistador. Ocorre quando o sujeito não se interessa pelo assunto ou atividade que está ocorrendo. A **fabulação** é quando a criança cria uma história pouco relacionada com o tema e tem caráter pessoal. Cada sujeito apresenta-a de forma diferente. Neste tipo de resposta, a criança brinca com o material que lhe é apresentado, divertindo-se com a situação.

A **crença sugerida** é um tipo de resposta produzida durante a entrevista e influenciada pela intervenção do pesquisador. A **crença desencadeada** surge na entrevista, porém elaborada pelo sujeito e tem relação com o conjunto de seu pensamento e aparece quando a pergunta é nova para a criança. A **crença espontânea** é uma resposta dada pela criança sem intervenção do pesquisador e produto do pensamento do sujeito, quando a pergunta não é nova para o sujeito, mas é original e deriva de uma reflexão com elaboração própria (PIAGET, 1947).

Autores de diferentes áreas têm investigado, por meio do método clínico, como as representações do mundo são construídas pelas crianças e como evoluem no decorrer de seu desenvolvimento. Apontamos alguns para exemplificar. Alessandrini (1997) pesquisou 38 crianças entre 5 e 7 anos de idade, comparando o desenvolvimento afetivo das crianças que

frequentavam instituição de ensino em período parcial e período integral. A pesquisa envolveu também as professoras responsáveis pelas crianças nos respectivos turnos de trabalho. Foram utilizadas entrevistas clínicas com as crianças, bem como roteiro de avaliação e questionários com as professoras. As categorias analisadas foram o bem-estar na escola; os sentimentos interindividuais e os primeiros sentimentos morais.

Saravali (1999) procurou identificar as representações de crianças de 5, 6 e 7 anos sobre seus direitos, totalizando 16 sujeitos. Essa autora utilizou, para levantamento dos dados, a entrevista clínica e apresentou, às crianças, histórias que continham situações sobre direitos da criança. Entre os itens analisados, ela apresentou histórias que problematizavam o direito à educação, à alimentação e à proteção contra maus tratos. Em sua pesquisa, identificou que as crianças demonstraram não ter conhecimentos sobre seus direitos. Baseada em estudo de Delval, que apontou três níveis de respostas, a referida autora verificou que as crianças apresentaram somente o nível I, pois sua pesquisa teve como amostragem crianças de 5 a 7 anos.

Barroso (2000) também procurou identificar quais as ideias de crianças e adolescentes, na faixa etária de 8 a 17 anos, sobre os seus direitos. A pesquisadora levantou como essas ideias evoluíam com a idade, além de comparar a compreensão dos direitos pelas crianças e adolescentes de diferentes níveis socioeconômicos. Entre os itens analisados nesta pesquisa, houve um que interessa especialmente: a relação entre estudo/escola e trabalho. A pesquisadora encontrou dados em sua pesquisa relacionados ao direito à escola, cujas respostas se remetiam ao trabalho. Na fala dessas crianças, o estudo possibilitava condições para se ter acesso ao trabalho. Crianças de classes sociais mais baixas se referiram ao trabalho usando o termo “serviço”, e as de classes sociais mais altas citaram termos como “trabalho” ou “emprego”.

Com o objetivo de investigar as representações de crianças e adolescentes sobre o conteúdo de comerciais de televisão, Baptistela (2001) pesquisou um grupo de 32 crianças de 5 a 11 anos, apresentando como variáveis sexo e nível cognitivo. Inicialmente, a pesquisadora apresentou às crianças um comercial de celular e, em seguida, submeteu-as à entrevista clínica e aplicou a elas provas para o diagnóstico do comportamento operatório, elaborando as categorias de respostas encontradas. No bloco de questões relativas à *análise do conteúdo do comercial*, no que se refere às variáveis idade e nível cognitivo, a referida autora concluiu que as crianças de nível cognitivo mais alto e de mais idade apresentaram melhor compreensão em relação ao conteúdo do comercial. Quanto ao segundo bloco de ideias sobre o *mecanismo de produção do comercial*, a mesma autora afirmou que, à medida

que as idades e o nível cognitivo vão aumentando, mais elaboradas são as respostas das crianças. Nessas categorias, as respostas dos sujeitos quanto à ideia de efeitos especiais e realismo conferido aos fatos ocorridos no comercial, as crianças procuraram explicar a finalidade dele, afirmando que os programas são produzidos com um fim.

Denegri e Delval (2002) verificaram como evolui o conhecimento de crianças e adolescentes sobre a fabricação do dinheiro, quem o fabrica e de que depende a quantidade fabricada, entre outros aspectos. A pesquisa envolveu 110 sujeitos, de classe média, com idades na faixa de 6 a 16 anos. As crianças pequenas atribuem a Deus a fabricação do dinheiro, considerando-se essas respostas como fantásticas ou míticas. Na faixa etária de 6 a 9 anos, as crianças deram respostas classificadas como “normativas”, para comprar era necessário ter dinheiro, justificando que usar o dinheiro é uma norma ou obrigação. A partir dos 10 anos as crianças já fazem referência a um processo econômico. As maiores, aproximadamente de 12 anos, já afirmaram que a fabricação do dinheiro era de responsabilidade do governo.

Pesquisa realizada por Delval (2002) teve como amostra crianças de idade entre 6 e 16 anos, cujos propósitos foram verificar as ideias desse grupo sobre a distribuição da riqueza na sociedade; se havia possibilidade de mudança de nível social e que meios as pessoas utilizam para isso. As respostas encontradas para que uma pessoa se tornasse rica compreendiam, entre outros procedimentos: *dando-lhes bilhetes bons; comprando coisas; indo ao banco; estudando; economizando; trabalhando*; etc. Neste estudo, o pesquisador pôde levantar algumas tendências, as quais agrupou em níveis de compreensão do conhecimento social. Os sujeitos menores apresentavam número menor de procedimentos para que houvesse mudança de nível social do indivíduo, os maiores citavam termos como “investindo”, “tendo poder” etc. Uma categoria que apareceu nesta pesquisa foi “trabalho”, termo utilizado com sentidos diferentes, de acordo com a faixa etária. Para os menores, o trabalho é algo misterioso de que tinham ouvido falar, que seus pais faziam, mas não sabiam exatamente o que é e o porquê; em troca, as pessoas recebem dinheiro. Já as crianças maiores diferenciaram trabalho, categorizando como “bons” e “maus” trabalhos, afirmando que só trabalhos bons levam o indivíduo a tornar-se rico. Crianças maiores também viam no trabalho um meio de solucionar a pobreza. Delval (2002) apontou, neste estudo, que o conhecimento social se dá por níveis, encontrando os níveis I, II e III.

Quanto ao método, as pesquisas de Piaget foram realizadas por meio do método clínico, que, segundo Delval (2002), foi desenvolvido por Piaget para identificar e analisar como as crianças representam o mundo por meio de suas ações e falas. O método baseia-se



no pressuposto de que os sujeitos possuem pensamento coerente, construindo representações da realidade à sua volta e expõem isso ao longo da entrevista ou de suas ações. “O método clínico é um procedimento importante para investigar o que não é evidente nas ações ou palavras do sujeito, servindo para a compreensão de como e em que momento as ideias das crianças e adolescentes se modificam no decorrer de seu desenvolvimento” (DELVAL, 2002, p. 70).

### **DETERMINAÇÃO SOCIAL DOS LUGARES FEMININOS E DOS LUGARES MASCULINOS**

Em função desta pesquisa ter como foco a análise das representações de crianças sobre trabalho, apresentamos uma leitura sobre a temática. O trabalho pode ser entendido enquanto meio de sobrevivência e uso das potencialidades e capacidades criadoras do sujeito. Entretanto, assume conotações múltiplas e diferenciadas no decorrer da história das sociedades humanas, ganhando sentido a partir de uma configuração social, política e econômica específica (NEVES *et al.*, 2004).

Dejours (1994) apontou que o trabalho precisa fazer sentido para o sujeito, para seus pares e para a sociedade, assumindo um sentido que é a luta pela transformação em algo útil. O prazer no trabalho, que é fundamental para manutenção da saúde e da normalidade, é consequência da transformação do sofrimento em criações reconhecidas no espaço público, seja ele na própria organização, seja na sociedade.

A divisão social do trabalho foi criticada por diversos autores no curso da história da humanidade, em áreas específicas como Economia, Política, Sociologia e Psicologia, entre outras. Marx (2001) afirmou que, através da análise da atividade profissional, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação, do agrupamento e da combinação de trabalhadores parciais num mecanismo de conjunto, a divisão do trabalho cria a articulação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa do processo social de produção, desenvolvendo, simultaneamente, uma nova força produtiva social do trabalho.

Enquanto forma especificamente capitalista – e nas bases em que foi, só podia tomar essa forma capitalista - ela não passa de um método particular de produzir a mais valia relativa ou de aumentar, às custas do trabalhador, o rendimento do capital, a riqueza das nações ou riqueza social. Ela desenvolve a produtividade social do trabalhador não somente para o capitalista no lugar do trabalhador, mas ainda estropiando o trabalhador individual (MARX, 2001, p.29).

Não menos debatida tem sido a questão da participação feminina e masculina nas mais diversas áreas e campos profissionais, ou seja, a divisão sexual do trabalho. Muraro

(2001) afirmou que, quando Marx criou a categoria classe social, acabou abrindo um campo antes incógnito para a ciência social, dando visibilidade a uma multidão de oprimidos que passaram a influenciar acontecimentos, mudando tanto a história dos países quanto a própria percepção de si mesmo como ser-no-mundo. As mulheres começam a surgir como sujeitos sociais e históricos a partir do século XX, tornando-se parte significativa da população economicamente ativa mundial.

Em se tratando da mulher no contexto familiar, Vaitsman (2001) apontou que começa a emergir uma crise do casamento a partir do abalo de seus fundamentos calcada na divisão sexual do trabalho e na dicotomia entre público e privado. Desempenhando múltiplos papéis na esfera pública e na vida cotidiana, muitas mulheres deixaram de restringir suas aspirações ao casamento e filhos. Ao desafiar a dicotomia entre público e privado, as mulheres conquistaram direitos como cidadãs, constituíram-se como indivíduos, abalando o individualismo patriarcal, e a igualdade entre homens e mulheres apresentou-se como possibilidade social. A identidade moderna envolvia escolhas fundamentais como profissão, identificações políticas e família, definindo, de forma mais rígida, quem era o sujeito.

A profissionalização feminina fez surgir questões novas para esse gênero, em que seu papel tradicional passa a ser repensado. Soihet (2001) chamou a atenção para o fato de que o comportamento feminino de reivindicar uma participação mais plena na sociedade é visto como ameaça à ordem fundada, indo de encontro aos interesses masculinos, ameaçando seu predomínio nas relações de poder entre os gêneros.

A mulher intelectual, emancipada, em fins do século XIX e início do século XX, constituía-se num mau exemplo para outras mulheres, levando-as a acreditar que poderiam subsistir sozinhas, sem o concurso do marido, comprometendo toda a organização da sociedade. Voluntariamente recusando-se a restringir seu universo à maternidade e à casa, desprezando suas funções *naturais*, eram a fonte de todos os flagelos sociais (SOIHET, 2001, p. 102).

Assim é que a saída da mulher do âmbito privado para o público acarretou mudanças que não foram aceitas de imediato na sociedade. Sob esse aspecto, Ferreira (2006) apresentou uma contra-argumentação de que o olhar sobre a história do trabalho das mulheres nos leva a perceber uma das principais injustiças vividas pelas mulheres na história do Ocidente: a invisibilidade da mulher como trabalhadora. São muitas as imagens das mulheres trabalhando na história da humanidade. Entretanto, durante muito tempo estiveram mitigadas da história, naturalizadas, vistas como um mero complemento, como a realização de dons, como serviços sociais, como extensão dos trabalhos domésticos, como

vocação, como qualidades. O trabalho feminino nem sempre foi visto como trabalho que produziu a riqueza e construiu a história.

É comum e presente na história oficial a ideia de que a entrada das mulheres no mercado de trabalho se deu a partir da Revolução Industrial, na passagem do século XVIII para o século XIX. As primeiras grandes indústrias se utilizaram, de fato, da mão de obra feminina e infantil, em extensas jornadas e condições de trabalho precárias, com salários menores (FERREIRA, 2006).

Era corrente a ideia de que as mulheres produziam menos que os homens e necessitavam de um salário apenas complementar. As mulheres eram consideradas trabalhadoras “sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto ou com membros mais flexíveis”. Entretanto, como afirmou Perrot (2005), as mulheres sempre trabalharam, inicialmente, apenas no espaço privado, na reprodução do grupo familiar e em seguida, de forma mais visível, no espaço público.

Sobre o trabalho doméstico, Ferreira (2006) apontou uma dicotomia: se as atividades domésticas podem ser caracterizadas como “trabalhos de mulher”, já nunca são vistas como “trabalho”. A divisão sexual do trabalho, socialmente construída, separa espaços para atuação de homens e mulheres, atribuindo menor valor ao trabalho realizado pelas mulheres. A divisão do trabalho entre homens e mulheres é, em primeiro lugar, a atribuição do trabalho produtivo aos homens e do trabalho reprodutivo às mulheres, com a “dispensa” do trabalho doméstico aos homens.

Vaitsman (2001) acrescentou que, por um lado, a dicotomia público privado e a associação mulher/natureza/procriação/esfera doméstica vem-se tornando teoricamente “disfuncionais” tanto em função do lugar que as mulheres ocupam no mundo do mercado e da política quanto da sua própria situação de domínio da biologia, da natureza. Na prática, mesmo nas condições do capitalismo avançado, as mulheres ainda têm sido as principais responsáveis pela procriação e pela esfera da reprodução doméstica.

Estas representações construídas socialmente e vistas como naturais ao longo da história da humanidade começam a ser questionadas. Muitas delas são repassadas às crianças e adolescentes, pois fazem parte de determinado contexto social em que as interações destes com os outros, crianças e adultos, têm lugar privilegiado em nossa sociedade. Dessa forma, o estudo das representações de crianças e adolescentes sobre a divisão sexual do trabalho pode auxiliar na compreensão de como a sociedade se estrutura e como concebe esta temática.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizamos a entrevista clínica piagetiana que se constitui de instrumento de pesquisa em que o entrevistador procura acompanhar o percurso do pensamento que o sujeito segue para dar explicações sobre dados da realidade à sua volta. A entrevista clínica pode ser verbal, dirigindo-se perguntas às crianças e solicitando a explicação das respostas apresentadas, concreta em que se acompanha o sujeito na solução de problemas por meio da manipulação de objetos ou verbal-concreta, quando se apresenta material de apoio para a criança executar algumas tarefas e, à medida que realiza essas tarefas, o pesquisador interroga-a sobre suas ações e suas falas (DELVAL, 2002).

Neste estudo, o instrumento elaborado foi uma entrevista clínica com perguntas abertas e material concreto. Para a construção do instrumento, nos baseamos em estudos que investigaram temáticas afins e que elaboraram instrumentos fundamentados no método clínico. Iniciamos pela construção do roteiro de entrevista, utilizando as perguntas verbais. Essas perguntas foram revisadas para a reconstrução das questões em estudo-piloto. As perguntas foram relacionadas à execução de atividades de trabalho por homens e mulheres, procurando verificar quais as representações crianças e adolescentes apresentariam sobre a questão.

O material concreto foi composto por oito fichas: quatro delas ilustrando locais de trabalho: sala de hospital, oficina mecânica, sala de aula e salão de beleza; e as outras quatro, ilustrando tarefas domésticas executadas por uma pessoa (sem distinção de gênero), sendo: lavando roupa, lavando louça, cozinhando e limpando o chão. As crianças eram solicitadas a descrever os locais de trabalho, as tarefas executadas e solicitadas a colocar a figura de uma mulher, de um homem ou ambas. Suas respostas eram questionadas para que elas justificassem a escolha que fizeram.

### Sujeitos e situação experimental

O local em onde este estudo foi realizado é uma escola da rede particular de ensino que atende crianças da Educação Infantil (de 3 a 6 anos de idade) ao Ensino Fundamental (de 6 até aproximadamente 16 anos de idade). A instituição possuía 186 crianças, sendo selecionadas para amostragem 60 delas, sendo 10 de cada idade, nas faixas etárias médias de 4; 6; 7; 10; 11 e 14 anos, caracterizando, portanto, um estudo comparativo. Neste trabalho descreve-se apenas os resultados obtidos com as crianças de 4 a 6 anos, e as de 7 anos \_ para fins comparativos - por se tratar da faixa etária da educação infantil, sendo, portanto, 30 crianças.

### **Coleta e tratamento dos dados**

Para coleta dos dados, as crianças foram encaminhadas, individualmente, para uma sala previamente preparada. A pesquisadora ficava em uma cadeira de frente para a porta e a criança, em uma cadeira de costas para entrevistadora. O material concreto foi disposto em uma base ao lado da pesquisadora e de forma que os desenhos ficassem virados para baixo. Antes de dar início à entrevista, conversávamos informalmente com a criança com o objetivo de deixá-la à vontade, e avisávamos que a entrevista seria gravada. Ao iniciar a entrevista, dispúnhamos os cartões sobre a mesa, apresentando-os, um de cada vez, e fazendo as perguntas pertinentes a cada situação. As entrevistas foram todas gravadas e transcritas para análise.

Ao encerrar a coleta de dados, organizamos as entrevistas separando-as por idade; e para cada idade colocamos em primeiro lugar as entrevistas das meninas de menor para as de maior idade e, em seguida, as dos meninos, também da menor para a maior idade. Numeramos os protocolos de 1 a 10, para facilitar a análise. Nos protocolos, adicionamos duas colunas: na primeira, classificamos as respostas de acordo com cinco categorias propostas por Piaget, sendo não importismo, fabulação, crença sugerida, crença desencadeada e crença espontânea, utilizadas apenas para categorização dos níveis. Na segunda coluna, classificamos as respostas com base nos níveis propostos por Delval (2002), detendo-nos no nível I e nível Pré-I, este de criação nossa, pois nosso estudo iniciou-se com crianças de 4 anos, e Delval estudou crianças a partir de 6 anos de idade, conforme o quadro 1. Para fins de conhecimento, apresentamos todos os níveis elaborados pelo pesquisador.

Quadro 1 – Níveis de compreensão da mobilidade social

Níveis	Características
<p><b>Nível I</b> <b>(6 a 10 anos)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As crianças baseiam suas explicações sobre a realidade a partir dos aspectos visíveis que percebem e não levam em conta os processos ocultos que deveriam ser inferidos.</li> <li>- A realidade social é concebida como formação de sistemas pouco relacionados entre si, que se assemelha a um território formado por ilhas que pouco se inter-relacionam.</li> <li>- Estes sujeitos não compreendem o problema da escassez.</li> <li>- O dinheiro pode ser obtido do trabalho, estabelecendo com isso as primeiras relações entre trabalho e remuneração.</li> <li>- Os sujeitos compreendem a função básica do dinheiro como instrumento de intercâmbio.</li> <li>- O trabalho aparece de maneira incipiente, sem diferenciar os trabalhos; só se difere à quantidade de trabalho.</li> <li>- Os estratos econômicos são pouco permanentes, e podem conviver nas explicações dos sujeitos duas ideias aparentemente opostas e contraditórias: não há mudanças e, ao mesmo tempo, as mudanças são fáceis e se produzem de maneira súbita, geralmente por acaso.</li> <li>- Representa a visão mais primitiva do mundo do trabalho. As crianças acreditam que qualquer adulto pode exercer qualquer profissão, basta possuir os instrumentos adequados para determinada profissão.</li> <li>- O trabalho se compra como qualquer mercadoria.</li> </ul>
<p><b>Nível II</b> <b>(10 a 13 anos)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os sujeitos começam a perceber os aspectos não visíveis da situação, ou seja, os processos que devem ser inferidos a partir da informação de que se dispõe.</li> <li>- Os processos incluem uma duração temporal, desenvolve-se em um período mais ou menos longo com fases intermediárias.</li> <li>- Começam a distinguir entre as relações pessoais e as relações sociais ou institucionalizadas.</li> <li>- Os sujeitos começam a formular uma concepção mais realista da realidade.</li> <li>- Os sujeitos começam a se descentrar, o que permite considerar vários aspectos de uma única vez. São capazes de estabelecer relações entre aspectos que estavam separados no nível anterior e compreende que existem fatores diversos que operam no mundo econômico, mesmo quando não correspondem, em sua totalidade, às suas inter-relações, nem podem hipotetizar ou realizar inferências acerca de aspectos probabilísticos nas relações entre diversos sistemas.</li> <li>- Entendem que existem restrições e resistência da realidade e que não basta o desejo pessoal para alcançar um objetivo, dado que as relações econômicas estão governadas por princípios impessoais que vão além dos desejos das pessoas.</li> <li>- Surge a ideia de escassez e de que os recursos são limitados.</li> <li>- Dá-se atenção às diferenças psicológicas entre os indivíduos.</li> <li>- O trabalho converte-se na principal forma de mudança, mas os trabalhos se diferenciam de acordo com sua qualidade.</li> <li>- Começa-se a conceber a mudança como um processo, e uma de suas principais características é que, uma vez iniciado, esse processo necessariamente segue em frente.</li> <li>- Aparecem as primeiras intuições de que é necessário algum tipo de formação para desempenhar um trabalho, mas não reconhecem distinção entre diferentes profissões e, ou, existência de formações específicas para cada uma delas.</li> </ul>

Níveis	Características
<p><b>Nível III (a partir dos 13 anos)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os processos ocultos e, portanto, inferidos ocupam papel central nas explicações.</li> <li>- Os sujeitos examinam sistematicamente as diversas possibilidades apresentadas em uma situação.</li> <li>- O sujeito é capaz de coordenar ponto de vista e de refletir sobre o possível.</li> <li>- Os sujeitos possuem muito mais informações sobre o funcionamento social, sabem como integrá-lo e, ou, como fazê-lo, de tal forma que as partes passam a formar um todo comum: os sistemas estão relacionados.</li> <li>- Os sujeitos se tornam críticos com a ordem social existente, emitem juízo sobre o que está bom ou o que não está de acordo na ordem social e propõe soluções alternativas.</li> <li>- A ideia de que cada profissão requer uma formação específica e vias de acessos diferentes passa a ser compreendida. Já se capta também a distinta valorização social que tem cada profissão.</li> <li>- Habilidade para entender as relações entre sistemas distintos. Assim, os sujeitos são capazes de compreender as relações entre a fabricação, a distribuição e a demanda de mercadorias ou entre a preparação de um indivíduo para o trabalho e a criação de novos postos de trabalho por instâncias sociais.</li> </ul>

Fonte: DELVAL; DENEGRÍ, 2002.

### **Procedimentos para análise dos dados**

Tendo em vista a escassez de trabalhos específicos que analisassem as ideias de crianças e adolescentes sobre a divisão sexual do trabalho e adotando a mesma metodologia que empregamos, foi necessário criar as categorias de análise. Após essa fase, com base no referencial adotado e nos níveis já propostos por Delval (2002), identificamos as representações dos sujeitos, em que foi possível verificar em que nível se encontravam os sujeitos. Elegemos como categorias de análise dois tipos de descrição:

1. Aspectos relativos à descrição das tarefas executadas em cada um dos locais de trabalho apresentados, sendo uma sala de hospital, uma oficina mecânica, uma sala de aula e um salão de beleza. Em cada local apresentado, as crianças eram solicitadas a descrever as atividades desenvolvidas naquele local e a colocar a figura feminina, a figura masculina, ou ambas, de acordo com a sua representação.

2. Descrição das atividades executadas na casa como: lavar roupa, lavar louça, cozinhar e limpar a casa. Como na atividade anterior, a criança era solicitada a colocar a figura feminina, a figura masculina ou ambas, de acordo com suas representações. A divisão sexual do trabalho foi analisada em função das respostas apresentadas nos itens anteriores. Uma questão importante foi a verificação dos “porquês” das escolhas que as crianças fizeram.

As características do nível Pré-I são: grande número de respostas fabuladas e não importistas. Há ausência de sistemas interpretativos. A criança não entende bem o que é trabalho. Seus conceitos ainda são pré-conceitos, portanto não há um conceito de trabalho

formulado sistematicamente. Não há percepção da divisão sexual do trabalho, e o desejo individual serve para explicar as escolhas das pessoas para o exercício das profissões e para dividir as tarefas domésticas.

No nível I, os aspectos visíveis são essenciais para as crianças basearem suas explicações sobre a realidade. Os sistemas são pouco relacionados. O trabalho pode ser dividido entre homens e mulheres, desde que saibam fazer e se quiserem.

As categorias de análise foram:

Descrição das tarefas executadas em cada profissão e a atuação do homem e da mulher: Nesta categoria, procuramos identificar como as crianças e adolescentes descreveriam os quatro locais de trabalho apresentados na forma de gravuras: sala de médico, sala de aula, oficina mecânica e salão de beleza. Em seguida, procuramos identificar suas representações sobre a divisão sexual do trabalho, solicitando que colocassem a figura de uma mulher, de um homem ou ambas sobre as gravuras apresentadas.

Descrição das atividades e a divisão das tarefas domésticas entre o homem e a mulher: Nesta categoria, procuramos identificar como as crianças e adolescentes descreveriam as atividades domésticas apresentadas em gravuras: pessoa lavando roupa, lavando pratos, cozinhando e lavando o chão. Em seguida, procuramos identificar suas representações sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, solicitando que colocassem a figura de uma mulher, de um homem ou de ambos sobre as gravuras apresentadas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As análises foram realizadas de acordo com a caracterização dos níveis apontados nos procedimentos de análise. Para cada categoria, apresentamos os percentuais de sujeitos em cada nível, bem como alguns extratos das falas das crianças para exemplificação das características que os constituem. Na Tabela 1, apresentamos os percentuais de crianças em cada nível, com relação à divisão sexual do trabalho.



Tabela 1 – Percentuais de crianças no nível PI e I, segundo a categoria divisão sexual do trabalho

Média de idade	As profissões e a divisão sexual do trabalho		As tarefas domésticas e a divisão sexual do trabalho doméstico		Média (%)	
	PI	I	PI	I	PI	I
4	10	0	10	0	100	0
6	10	0	10	0	100	0
7	1	9	1	9	10	90
TOTAL	21	9	21	9	70	30

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

No nível Pré-I, como mostrado na Tabela 1, encontramos 100% das crianças na faixa etária de 4 anos, 100% das crianças na faixa etária de 6 anos e 10% das crianças de 7 anos. No Gráfico 1, visualizam-se os percentuais de crianças no nível Pré-I.



Gráfico 1 – Percentuais de crianças no nível Pré-I, segundo a subcategoria “Atuação do homem e da mulher em diferentes profissões. Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

No nível Pré-I, a divisão sexual do trabalho não é percebida pelas crianças, e os homens e as mulheres podem exercer as profissões que quiserem; para isso basta *querer*. As explicações das crianças baseiam-se na quantidade de trabalho a ser realizado e, assim, tanto o homem quanto a mulher podem atuar em qualquer profissão. Os extratos a seguir exemplificam algumas falas das crianças deste nível.

**Situação A – Hospital**

- Você sabe me dizer que local é este? Médico! - Que tipo de trabalho as pessoas fazem aqui? -Faz... dá banho nas pessoas... ele... ele... ele... faz... e... dá... remédio ... pras pessoas e...beber (diz cantarolando). - Coloque para mim a pessoa que você acha que deve estar fazendo este trabalho: a mulher, o homem ou os dois. (Coloca os dois) - Por quê? Por causa que médico tem dois (**Criança 4, de 4;6 anos, nível Pré-I**).

**Situação B – Oficina mecânica**

- Você sabe me dizer que local é este? Posto de gasolina?- Que tipo de trabalho as pessoas fazem aqui? Conserta o carro, coloca gasolina...é...enche pneu de bicicleta, de...de carro... - Coloque para mim a pessoa que você acha que deve estar fazendo este trabalho. (coloca as duas figuras) - Os dois. - Porque? Porque quando eu vou...lá tem um tanto de homem. O que a mulher faria ai? Um troca gasolina, outro lavava? Você acha que a mulher poderia trabalhar no posto de gasolina? Acho. (que sim). - Uma outra criança me disse que ela colocaria o homem. O que você acha? Ué, colocaria os dois (**Criança 2, de 6;5 anos, nível Pré-I**).

**Situação D – Salão de beleza**

- Você sabe me dizer que local é este? Cabeleireiro. - Que tipo de trabalho as pessoas fazem aqui? Corta cabelo. (responde olhando para a saída da sala) - Coloque para mim a pessoa que você acha que deve estar fazendo este trabalho: a mulher, o homem ou os dois. Os dois. - Por quê? (silêncio).- Você acha que a mulher e o homem podem trabalhar no salão? É (**Criança 10, de 7;7 anos, nível Pré- I**).

As crianças do nível Pré-I não souberam justificar suas opções sobre a atribuição da tarefa à mulher ou ao homem. Elas baseavam suas respostas em situações concretas. Para elas, a justificativa para homens e mulheres trabalharem nas diferentes profissões baseia-se na quantidade de trabalho a ser executada. Dessa forma, foram recorrentes respostas como *porque tem muito carro*, no caso do trabalho em oficina mecânica; ou *tem muitos alunos* no caso da escola. Percebe-se que as crianças desse nível não compreendem a existência social da divisão sexual do trabalho.

No nível I, a divisão sexual do trabalho já é percebida. Como no nível anterior, as pessoas, homens e mulheres, podem exercer a profissão que quiserem, porém é necessário aprender a fazer a tarefa. Para exercer uma profissão, assim como encontrado por Delval (2002), as indumentárias, vestimentas e instrumentos se fazem necessários. A realidade mais próxima, ou seja, a experiência que têm em casa é tomada como referência para as respostas das crianças. No Gráfico 2, visualizam-se os percentuais de crianças no nível I.



Gráfico 2 – Percentuais de crianças no nível I, segundo a subcategoria “Atuação do homem e da mulher em diferentes profissões. Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

No nível I, encontramos 90% das crianças de 7 anos. Amplia-se a descrição das tarefas executadas em diferentes profissões, mostrando que percebem o campo de atuação em diferentes profissões. Nos próximos extratos, apresentamos algumas respostas características do nível I, em que as crianças apontam tarefas específicas para homens e mulheres que atuam em uma mesma profissão.

#### Situação D - Salão de beleza

- Você sabe me dizer que local é este? Cabeleireiro. - Que tipo de trabalho as pessoas fazem aqui? Cortam cabelo...a unha e...só. - Coloque para mim a pessoa que você acha que deve estar fazendo este trabalho: a mulher, o homem ou os dois. Os dois. - Por quê? Porque os dois podem trabalhar no cabeleireiro. - Você acha que a mulher e o homem podem trabalhar no salão fazendo as mesmas atividades? Cortar o cabelo pode. - E fazer maquiagens, unha? O homem não trabalha nisso, não. - Porque? Isso...é mais pra mulher, elas que gostam dessa... parte (**Criança 8, de 7;5 anos, nível I**).

Nessa fala, percebe-se que a criança tem noção de que há uma divisão sexual do trabalho, pois ela delimita atividades específicas para cada sexo. Dessa forma, mesmo que acredite na possibilidade de homens e mulheres atuarem na mesma profissão, há atividades consideradas de um ou outro sexo, e sua justificativa é a preferência da mulher por realizar atividade, por exemplo, no salão de beleza.

#### Situação A – Hospital

- Você sabe me dizer que local é este? Um hospital. Que tipo de trabalho as pessoas fazem aqui? Acho que é...negócio de coração... ou de ar...eu não sei. Eu acho que é de ar. Qual a profissão de quem trabalha aqui? Médico...médico e enfermeira. Coloque para mim a pessoa que você acha que deve estar fazendo este trabalho: a mulher, o homem ou os dois.

Médica? Eu acho que...médico pode ser ele...enfermeira, eu acho que pode ser ela. Mas ela pode ser médica e ele enfermeiro? Pode! Ele pode ser...ela pode ser médica, pode ser enfermeira. Pode ser o que eles escolherem. Pode ser qualquer coisa que eles escolhem. Você acha que eles precisariam de que para ser médicos? De estudar, trabalhar muito. Eles precisam de trabalhar muito e estudar sobre...médicos...tem que...eles...acho que tem que treinar, tem que...quando eles forem trabalhar...a professora tem que ensinar ele...a ser médico do tipo...pegar um boneco e fingir que ele tá doente, tem que pegar alguns materiais e tem que recuperar ele...tipo assim... (Criança 4, de 7;7 anos, nível I).

Na fala desta criança há uma ideia bem característica do nível I: o estudo como meio para atuação na profissão. Mas se percebe que ela acredita na possibilidade de atuação de ambos os sexos na profissão e que o desejo pessoal de se fazer algo dirige as ações das pessoas, como também foi demonstrado por Delval (2002).

As características individuais, como pode ser visto nas falas das crianças, ainda são apontadas para que se possam exercer determinadas profissões. O desejo individual tem papel fundamental na escolha da profissão, como mostram também os estudos de Delval (2002). Para desempenhar uma profissão é preciso desejar tê-la, e as crianças, no nível I, não levam em consideração as restrições da realidade, como a escassez de trabalho. Esse papel atribuído ao desejo pode ser resultado de uma onipotência infantil, em que não levam em conta as restrições da realidade. O que ocorre na realidade social se deve, muitas vezes, à ação dos indivíduos.

Crianças do nível I apontaram alguns trabalhos como mais adequados às mulheres e outros aos homens. No caso dos médicos, elas acreditavam que é uma profissão que exige estudo e, se a pessoa estudou, ela pode exercê-la, independentemente de ser homem ou de ser mulher. Para trabalhar em uma oficina mecânica, o homem possui *mais facilidade*, e as mulheres *não gostam porque suja ou porque tem cheiro ruim*. No caso de ser professor, ambos são capacitados para o exercício da profissão, mas a mulher apresenta características mais adequadas para ser professora, como *paciência*. Já no salão de beleza a mulher pode trabalhar porque *gosta mais*; e o homem, *se for para cuidar de homens*.

Essas respostas mostram como as representações de crianças, mesmo muito novas, já carregam estereótipos de gênero relacionados à divisão sexual do trabalho. Há lugares específicos e delimitados para atuação da mulher e outros para atuação do homem. Isso evidencia a importância das relações travadas entre crianças e adolescentes com o meio adulto, o que resulta em absorção dos valores vigentes na sociedade em que estão inseridos. Como apontou Ferreira (2006), as convenções sociais construídas no contexto de dada realidade são transmitidas aos indivíduos que fazem parte do grupo.

As crianças dos níveis Pré-I e I ainda estão presas ao concreto e à realidade. Ainda não compreendem a realidade como um sistema, e, portanto, suas explicações são baseadas em aspectos aparentes e facilmente observáveis, como apontado por Delval (2002).

Os dados deste estudo apontaram alguns indícios de como e quando as ideias dos sujeitos mudam em relação à divisão sexual do trabalho. Podemos perceber que entre 4 e 6 anos não houve, por parte das crianças, percepção da divisão sexual do trabalho. Nas representações das crianças dessa faixa etária, homens e mulheres poderiam exercer as profissões que quisessem. Aos 7 anos, inicia-se uma ideia de que, para exercer qualquer profissão, é necessário estudar ou saber executar as atividades, mas homens e mulheres podem atuar na profissão que quiserem. A diferença em relação às ideias das crianças de 4 a 6 anos é a necessidade de estudo.

### **A descrição das atividades e a divisão das tarefas domésticas entre o homem e a mulher**

Nesta subcategoria, solicitamos às crianças que descrevessem as atividades voltadas para a execução do trabalho doméstico, apresentando quatro figuras pessoa sem distinção de sexo fazendo as seguintes atividades: lavando roupa, lavando louça, cozinhando e limpando a casa.

Quanto ao trabalho doméstico, 100% das crianças de 4 anos e de 6 anos e 10% das crianças de 7 anos se encontravam no nível Pré-I. As tarefas domésticas, nas ideias das crianças do nível Pré-I, são de responsabilidade da mulher, mas podem ser divididas entre o casal e, para que isso ocorra, basta querer, e as respostas se baseiam na realidade mais próxima, ou seja, em casa. Os extratos a seguir exemplificam as respostas das crianças para essa categoria.

#### **Situação A - Pessoa lavando roupa**

- Que local da casa você acha que é esse? *É uma máquina e umas... roupas...e as torneiras de lavar...e isso...é o quê? Panos!!!* - O que esta pessoa está fazendo? *Vai...lavar a roupa.* - Coloque para mim a figura da pessoa que você acha que poderia fazer esta tarefa. (Coloca a mulher) – *Mulher!* - Porque? *Por causa que a mulher é...por causa que ela que lava a roupa do homem. Por causa que ela fica na casa.* - Você acha que o homem poderia lavar roupa? *Não. A mulher já faz isso...isso!* - Na sua casa, o seu pai lava roupa? *A empregada. Meu pai não!* (**Criança 4, de 4;6 anos, nível Pré-I**).

#### **Situação C - Pessoa, sem distinção de sexo, cozinhando**

- O que esta pessoa está fazendo? *Está fazendo...um bolo?*- Coloque para mim a figura da pessoa que você acha que poderia fazer esta tarefa.

(coloca a figura da mulher) É... a mulher também. - Porque? Porque eu acho que...é porque eu nunca vi os homens...na cozinha...fazendo essas coisas, não! Só nos restaurantes que eu vejo... - Mas você acha que numa casa o homem poderia cozinhar? Podia. Se ele quisesse podia. - Na sua casa, seu pai cozinha? Não (Criança 2, de 6;5 anos, nível Pré-I).

- O que esta pessoa está fazendo? Tá...eu acho que tá...esfregando? Lavando o chão da casa. - Coloque para mim a figura da pessoa que você acha que poderia fazer esta tarefa. Pode ser os dois...mas é a mulher que fica mais. - Na sua casa, o seu pai limpa? Poucas vezes. - Normalmente quem limpa a sua casa? Minha mãe e a empregada...mais a empregada. Destas tarefas da casa: lavar roupa, lavar louça, cozinhar, limpar a casa, você acha que um dos dois faz mais que o outro? A mulher tudo ela faz mais que o homem, ele só ajuda de vez em quando (Criança 6, de 7;4 anos, nível Pré-I).

Na visão de crianças do nível Pré-I, no trabalho doméstico a mulher é essencialmente responsável pela execução das tarefas, e o homem pode “colaborar” com ela. As qualidades individuais permanecem como razão para a execução do trabalho doméstico. No nível I, encontramos 90% das crianças de 7 anos.



Gráfico 6 – Percentuais de crianças no nível I, segundo a subcategoria “trabalho doméstico”. Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Para as crianças, na questão do trabalho doméstico pode haver compartilhamento de tarefas, mas é necessário que o homem aprenda a executá-las.

As tarefas domésticas são, na visão das crianças nível I, de responsabilidade da mulher, mãe ou empregada, e a razão apresentada por elas para que isso ocorra é o fato de as mulheres ficarem mais tempo em casa que os homens. As tarefas de lavar pratos ou de cozinhar podem ser divididas entre o casal, e as atividades de limpar a casa e lavar roupa são mais executadas pela mulher.

As crianças do nível I acreditavam que a mulher era responsável pelo trabalho doméstico e o homem poderia ajudar, embora quando solicitado a elas que colocassem o

homem ou a mulher nas figuras representando tarefas domésticas elas optassem por colocar os dois. Não demonstraram acreditar que o homem pudesse responsabilizar-se pelas tarefas de uma casa, mas acreditavam que ele poderia *ajudar*. O extrato a seguir exemplifica essas características.

#### Situação A - Pessoa lavando roupa

- Que local da casa você acha que é esse? Área da lavanderia, tem máquina de lavar...lavar roupa, tem pia... - Coloque para mim a figura da pessoa que você acha que poderia fazer esta tarefa. Eu colocaria os dois que a maioria é os dois. Mas acho que a mulher lava mais roupa. - Você acha que a mulher lava mais roupa que o homem? Eu acho que o homem lava só de vez em quando, eu acho que a mulher lava mais! - Porque você acha que a mulher lava mais? Ah...hum...isso eu não sei. - Na sua casa, o seu pai lava roupa? Poucas vezes, poucas... - Normalmente quem lava a roupa na sua casa? Minha mãe (Criança 3, de 7; 6 anos, nível I).

Não há discriminação no trabalho, ou seja, a mulher e o homem podem executar o trabalho que quiserem, desde que saibam fazê-lo. Suas respostas são ainda baseadas em situações concretas e na realidade mais próxima. Características pessoais, como *saber*, *ter paciência*, *gostar*, são apresentadas pelas crianças tanto para justificar a participação do homem quanto da mulher na execução dessas tarefas. Quando admitem a participação do homem, isso é a título de *ajuda*. Porém, independentemente de ser a mulher que o faça, o homem também pode fazer, embora surge a ideia de que o homem não o faz porque trabalha fora de casa. Este estudo revela dados importantes quando consideramos as ideias das crianças de diferentes faixas etárias.

A percepção da divisão sexual do trabalho vai de um período em que ela é ausente, como pode ser visto em crianças de 4 anos, passa por um período em que as crianças começam a considerá-la natural e dependente apenas de uma vontade do indivíduo, o que ocorre aproximadamente aos 6 ou 7 anos, permanecendo nas ideias de crianças entre 10 e 11 anos, (o que pode ser constatado na pesquisa completa).

Os resultados indicaram que há períodos nos quais ocorre grande mobilidade, caracterizando períodos de transição. Essa transição pode ser vista nas falas apresentadas neste estudo. Percebeu-se a mobilidade das crianças e adolescentes em diferentes níveis, o que caracteriza a evolução do conhecimento sobre a divisão sexual do trabalho. Encontramos crianças e adolescentes cujas respostas se enquadram em mais de um nível, indicando que o conhecimento está sendo construído aos poucos pelos indivíduos.

As influências do meio social são importantes, uma vez que contribuem, embora não determinem, as representações dos sujeitos sobre a divisão sexual do trabalho. Vale ressaltar que, em estudos sobre a construção do conhecimento social sobre trabalho, fica evidente a

dificuldade das crianças em compreender que a divisão sexual do trabalho é uma construção histórica e advinda de definições sociais, nas quais os próprios indivíduos, homens e mulheres, são agentes.

Para Piaget (1964), a finalidade do desenvolvimento intelectual é transformar a representação das coisas, invertendo completamente a posição inicial do sujeito em relação a elas. A evolução mental inicia-se de um ponto em que não existe nenhuma diferenciação entre o eu e o mundo, ou seja, as impressões vividas e percebidas não são relacionadas à consciência pessoal nem a objetos exteriores. Quando o sujeito domina a linguagem entre 2 e 7 anos, além das ações reais ou materiais que é capaz de realizar, ele se torna capaz de reconstituir as ações por meio de narrativas. Essa aquisição possibilita que ocorram trocas entre os indivíduos, interiorização da palavra e interiorização da ação, com base na linguagem interior e no sistema de signos.

Em uma evolução contínua, por volta dos 7 anos acontece uma modificação crucial no desenvolvimento mental: aparecem as formas de organizações novas completando as aquisições anteriores, o que assegura um equilíbrio mais estável e introduz-se uma série contínua de novas construções.

Em todo esse processo intervêm os quatro fatores do desenvolvimento mental: maturação e hereditariedade, interações e transmissões sociais, exercício e experiência e equilíbrio. Ressaltamos, neste estudo, a importância das interações sociais a que as crianças estão sujeitas que, conforme Piaget e Inhelder (2006), inicia-se pelo contato da criança com o mundo adulto, culminando em sua participação nesse mundo. Mas é por volta dos 7 anos de idade que grandes transformações no desenvolvimento mental ocorrem.

A partir dos 7 anos, a criança torna-se mais socializada, tendendo à autonomia, porém insuficientemente estruturada. O pré-adolescente começa uma transição desse nível para o seguinte, em que a construção de teorias e a preocupação com a escolha de uma carreira lhe permitem satisfazer as ideias de reforma social e a criação de novas ideias. O pensamento formal nascente reestrutura as operações concretas, subordinando-as a estruturas novas, cujo desenvolvimento se estenderá durante toda a vida (PIAGET; INHELDER, 2006).

Diante dessas constatações, percebe-se a evolução do conhecimento sobre a divisão sexual do trabalho nas representações de crianças e adolescentes, mostrando que pensam sobre o mundo que as rodeia, mesmo que a temática pareça de pertença do mundo adulto.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutirmos a questão da divisão sexual do trabalho não estamos analisando apenas a polarização do trabalho, delimitando os espaços de atuação no mercado de trabalho em “masculino” e “feminino”, mas levantando que tipo de reprodução social estamos vivenciando e como estamos transmitindo às crianças e adolescentes nossos valores com todos os estereótipos que carregam. Como apontaram Ferreira (2006) e Perrot (2005), a mulher sempre trabalhou, e essa é uma condição que ficou invisível não só pela negligência da sociedade, mas pelas próprias mulheres ao aceitarem uma ordem social imposta.

Refletindo sobre as representações de crianças e adolescentes sobre a questão da divisão sexual do trabalho, verifica-se que esta não está presente de forma objetiva para crianças entre 4 e 7 anos de idade, mas que é incorporada, desde muito cedo, nas representações dos sujeitos. Esse fato nos leva a propor uma reflexão sobre os valores que transmitimos às crianças e adolescentes e como eles os reconstituem em suas representações. O problema que constituiu o estudo foi como crianças na faixa etária de 4 a 7 anos, distinguem as atividades laborais exercidas por homens e mulheres na polarização entre “trabalho masculino” e “trabalho feminino”, conforme a divisão sexual do trabalho presente na nossa sociedade. Partimos da hipótese de que nas representações de crianças e adolescentes a divisão sexual do trabalho aparece aos poucos e é elaborada pelos sujeitos de forma ativa, indo de níveis mais simples para níveis mais elevados. Apresentamos como objetivos identificar como crianças e adolescentes representam o trabalho, analisando-se suas concepções sobre sua divisão sexual.

Os dados confirmam a hipótese de que há incorporação, por parte de crianças e adolescentes, da divisão sexual do trabalho. Verificamos que, mesmo as crianças mais novas, por volta de 4 anos de idade, já possuem pré-conceitos, evidenciando que percebem a distribuição de papéis na sociedade e que há separação das atividades, determinando-se espaços de atuação para os homens e para as mulheres.

No nível Pré-I, as crianças, ainda presas ao mundo concreto, não percebem a divisão sexual do trabalho, acreditando que homens e mulheres podem exercer as funções que quiserem, bastando, para isso, querer. As tarefas domésticas podem ser divididas entre o pai e a mãe, levando em consideração apenas o desejo individual de cada um. Essa visão apresentada pelas crianças mostrou que o surgimento de estereótipos surge ao longo de um processo de desenvolvimento, aparecendo na adolescência, quando os sujeitos os

incorporam às suas representações. No nível I, as crianças tomam a divisão sexual do trabalho como algo natural. Reproduzindo a ideia do nível anterior, na visão dessas crianças as pessoas, homens e mulheres podem exercer a profissão que quiserem, tendo como diferença a necessidade de aprender a fazer a tarefa.

Acreditamos que é necessário conhecer a forma como crianças e adolescentes constroem suas representações sobre o mundo social, buscando compreender não somente as características de determinadas faixas etárias, mas como se chega a ser adulto. Conhecer as crianças permite entender sobre as conformidades atribuídas à infância em diferentes sociedades e como as crianças produzem e reproduzem a cultura, dentro de uma visão em que são consideradas um ser ativo e construtor do próprio conhecimento.

Dada a impossibilidade de abordarmos todos os aspectos relacionados a essa temática, ainda tão nova nesse tipo de estudo, apontamos a necessidade de se ampliarem os estudos sobre aspectos relacionados ao conhecimento social e ao conhecimento sobre a divisão sexual do trabalho, particularmente. Não é possível preencher, em um só estudo, todas as lacunas, sendo necessárias investigações que respondam às questões, surgidas no decorrer deste estudo, a exemplo de quais as contribuições da família na formação e desenvolvimento do conhecimento social? Como a escola pode ser agente de socialização da criança e em que aspectos ela a considera produtora e reprodutora de cultura? Qual o papel da mídia na formação de conceitos da criança? Que conformidades a sociedade dá à infância, considerando-se que dela espera o desenvolvimento de cidadãos capazes de trabalhar para o crescimento do país? A que visões de mundo a criança está sujeita ao contexto da religiosidade?

Esse campo não se fecha aqui, muito ao contrário, acreditamos ter deixado abertas muitas perguntas. Cabe às novas investigações respondê-las. Este estudo é relevante para o Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica na busca da compreensão da família, unidade social privilegiada de pesquisa, além de possibilitar a compreensão das representações dos sujeitos que constituem a família sobre trabalho, temática importante na vida das pessoas, uma vez que dele depende a sobrevivência familiar.

## REFERÊNCIAS

ALESSANDRINI, E. A. **Desenvolvimento afetivo de crianças pré-escolares em classes de período integral e parcial**. Campinas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1999.

- BAPTISTELLA, E. C. F. **A compreensão do conteúdo de um comercial televisivo na infância.** Campinas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2000.
- BARROSO, L. M. S. **As ideias das crianças e adolescentes sobre seus direitos: um estudo evolutivo à luz da teoria piagetiana,** Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2000.
- COSTA, R. R. S.; D'AROS, M. S.; OTHMAN, Z. A. S.; PIECZARKA, T.; STOLTZ, T. A escola inclusiva já não pode prescindir de estudos evolutivos. In: **XIV Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM.** Campinas, SP, 2006.
- CRUZ, S. H. V. **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas.** São Paulo: Cortez, 2008.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. **Psicodinâmica do trabalho.** São Paulo, SP: Atlas, 1994.
- DELVAL, J. **Introdução à prática do método clínico: descobrindo o pensamento das crianças.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
- DELVAL, J.; DENEGRI, M. Concepciones evolutivas acerca de la fabricación del dinero II. Los tipos de respuestas. *Revista de Investigación em la escuela*, n. 48, p. 55-70, 2002.
- ENESCO, I; NAVARRO, I. La comprensión de la organización social en niños y adolescentes. **Ministerio de Educación y Ciencia/Centro de Investigación y Documentación Educativa.** Madrid: CIDE, 1995.
- FERREIRA, V. **Transformando o conceito de trabalho: o feminismo mudou a forma de ver o mundo do trabalho.** Disponível em: <http://www.cfemea.org.br>. Acesso em: março, 2006.
- GANUSA, F. B. La Construcción de nociones sociales. Departamento de Psicología Evolutiva y de la Educación. *Revista de Psicodidáctica*, n. 9, 1999. Disponível em: <http://www.vc.ehu.es/deppe/relectron/n9/frn9a2.htm>. Acesso em 20/10/2007.
- MARX, K. **O capital.** In: GORZ, A. *Crítica da divisão do trabalho.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MURARO, R. M.; PUPIN, A.B. (Orgs.). **Mulher, gênero e sociedade.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2001.
- NEVES, M. Y.; *et al.* M. Saúde mental e trabalho: um campo de estudo em construção. In: ARAÚJO, A. *et al.* (Orgs.). **Cenários do trabalho.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1936.
- \_\_\_\_\_. **A construção do real na criança.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1937.
- \_\_\_\_\_. **A representação do mundo na criança.** São Paulo: Idéias e Letras, 1947.
- \_\_\_\_\_. **Seis Estudos de Psicologia.** 15. ed. Rio de Janeiro:Forense- Universitária, 1964.
- \_\_\_\_\_. **Biologia e conhecimento.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1966.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e o pensamento da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia genética**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

PIAGET, J; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

SARAVALI, E. G., *et al.* (2018). Pesquisas sobre a construção do conhecimento social no contexto brasileiro: estado da arte 2005-2017 . *Ensino Em Re-Vista*, 25(1), 33-56.  
<https://doi.org/10.14393/ER-v25n1a2018-2>

SARAVALI, E. G. **As ideias das crianças sobre seus direitos: a construção do conhecimento social numa perspectiva piagetiana**. Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1999.

TRINDADE, Z. A. Dinheiro e prestígio: representação social de trabalho entre crianças e adolescentes. In: NOVO, H. A.; MENANDRO, M. C. S. *et al.* (Orgs.). **Olhares diversos: estudando o desenvolvimento humano**. Vitória: UFES, 2000.

SOIHET, R. In: MURARO, R. M.; PUPIN, A.B. (Orgs.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001.

VAITSMAN, J. In: MURARO, R. M.; PUPIN, A. B. (Orgs.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001.